

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA OCDE

Ana Carolina Roveri de Paula Xavier (PIC/UEM), Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora) Lucilene Amarante (Coorientadora). E-mail: ra126411@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas/ Educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Avaliação em Larga Escala; OCDE.

RESUMO

O projeto de iniciação científica teve como objetivo analisar as recomendações para a política de avaliação educacional em larga escala para a educação básica, delineadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de análise bibliográfica e documental, no qual o documento selecionado foi encomendado pela Fundação Lemann, intitulado “Reforma da avaliação nacional: principais considerações para o Brasil - perspectivas da OCDE sobre políticas educacionais”, publicado em 2021. As questões norteadoras da pesquisa são: Quais as atuais recomendações políticas da OCDE para a avaliação em larga escala da educação básica no Brasil? O que representam essas recomendações na relação público-privada estabelecida entre a OCDE, Fundação Lemann e a educação pública? Os resultados indicam que as recomendações da OCDE visam maior transparência, padronização de relatórios, reformulação de questionários, uso de avaliações computadorizadas e distinção entre SAEB e ENEM. Embora apresentem avanços, também reforçam a padronização curricular e influência do setor privado sobre a educação pública.

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação Básica Brasileira (SAEB), criado em 1990, consolidou-se como um instrumento central na avaliação do desempenho dos estudantes, especialmente por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com a Fundação Lemann, apresentou o documento “Reforma da avaliação nacional: principais considerações para o Brasil - perspectivas da OCDE sobre políticas educacionais” (OCDE, 2021), com recomendações para reconfigurar o SAEB, visando adequá-lo às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a experiências internacionais. O documento se insere em um contexto mais amplo de discussões sobre a relação entre políticas públicas e iniciativas do setor privado na educação, destacando influências neoliberais e a crescente “plataformização” do ensino.

Diante disso, esta pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental objetiva investigar e analisar as recomendações da OCDE, respondendo às questões: Quais são as recomendações atuais da OCDE para a avaliação em larga escala da educação básica no Brasil? Que implicações têm essas recomendações na relação público-privada entre OCDE, Fundação Lemann e a educação pública?

REVISÃO DE LITERATURA

O contexto das políticas brasileiras de avaliação em larga escala está profundamente relacionado a transformações econômicas e políticas das últimas décadas. A crise financeira de 2008 desencadeou reformas educacionais que intensificaram a relação público-privada na educação, promovendo parcerias e redefinindo o papel do Estado na gestão educacional, enquanto a educação passou a ser moldada por uma lógica que atenda às demandas do mundo empresarial (Larrosa; Gonçalves; Moreira, 2024).

Nesse cenário, observa-se a introdução gradual de transformações digitais nos sistemas educacionais, impulsionada pelo capitalismo contemporâneo na era digital, que acelera a produtividade e submete as relações de trabalho à sua lógica e à autoridade algorítmica (Barbosa; Alves, 2023). Esse processo evidencia o fenômeno da plataformização da educação em que ela, que deveria ser concebida como um direito social, passa a se orientar cada vez mais por princípios mercadológicos, como desempenho, eficiência, inovação tecnológica e competitividade.

Esses princípios refletem-se nas políticas de avaliação externa, que, segundo Lima e Gandin (2012), introduzem a noção de quase mercado na educação e incorporam valores do capital na esfera pública. Nessa lógica, tecnologias digitais e plataformas educacionais desempenham papel central, promovendo uma concepção de qualidade baseada em competências e responsabilização (Barbosa; Alves, 2023). Assim, a avaliação externa não se limita a um papel diagnóstico, mas consolida interesses políticos do ramo privado na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O documento “Reforma da Avaliação Nacional: Principais Considerações para o Brasil” (OCDE, 2021), elaborado pela OCDE a partir de encomenda da Fundação Lemann, apresenta sete recomendações centrais para o SAEB, conforme se expõe na Tabela 1:

Tabela 1

Categoria Recomendada	Definição
Liderança e tomada de decisão	Criação de um programa de consultas e de um comitê de especialistas para apoiar o INEP, garantindo transparência nas mudanças do SAEB.
Definição de objetivos	Comunicação dos propósitos do sistema de avaliação por meio de documentos e estratégias de divulgação,

	esclarecendo impactos em cada etapa escolar.
Alinhamento à BNCC	Vinculação do SAEB à BNCC como forma de monitorar sua implementação.
Prestação de contas	Reformulação do IDEB, revisão de questionários e definição de diretrizes de publicação de dados, evitando práticas meritocráticas que reforcem desigualdades.
Ensino e aprendizagem	Redução de prazos de divulgação dos resultados e criação de relatórios padronizados para apoiar professores.
Avaliações computadorizadas	Condução de estudos para viabilizar a aplicação computadorizada das avaliações
Distinção SAEB e ENEM	Separação das funções do SAEB e do ENEM, e como eles podem se complementar. Discussão da adoção de um ENEM seriado e suas possíveis limitações.

A primeira consideração, que propõe a criação de programas de consulta, pode ampliar a transparência formal, mas o poder de decisão permanece centralizado, e a participação real de diversos atores ainda é limitada, o que levanta questionamentos sobre a efetividade democrática dessas medidas. A segunda consideração sugere comunicar os objetivos do sistema de avaliação, propondo transparência. No entanto, a divulgação desses objetivos também funciona como instrumento de legitimação do sistema, reforçando narrativas favoráveis à lógica das avaliações em larga escala.

A terceira recomendação, que trata do alinhamento do SAEB à BNCC, pode pressionar docentes a seguirem conteúdos padronizados, restringindo a autonomia pedagógica, além de apresentar a Base como se fosse um critério absoluto de qualidade educacional e ignorando que essas competências estão fortemente orientadas para a formação de estudantes voltados ao mercado de trabalho.

Já a consideração relativa à prestação de contas apresenta avanços, propondo divulgar resultados de forma clara, reformular questionários para obter dados relevantes sobre ensino e aprendizagem e criar mecanismos de publicação que desestimulem a competitividade, incentivando o uso das informações para apoiar escolas com desempenho mais baixo. No campo do ensino e aprendizagem, a padronização dos relatórios e a redução do prazo de divulgação dos resultados podem fornecer apoio útil aos professores; contudo, seu efeito depende da capacidade de contextualização dos dados em cada realidade escolar.

Já a recomendação sobre avaliações computadorizadas incentiva o uso de plataformas digitais, ampliando a presença do setor privado e levantando preocupações sobre a privacidade das informações dos estudantes. Nesse sentido, Lima (2025) aponta que o capitalismo digital amplia seus mecanismos de exploração, expropriação e acumulação, adaptando a educação às novas demandas de um projeto hegemônico em que as transformações digitais são aceitas e desejadas. Assim, esta consideração não é neutra: sua implementação reflete interesses privados globais, fazendo parte de um projeto societário.

Por fim, a distinção entre SAEB e ENEM, incluindo a discussão sobre o ENEM seriado, realizado durante as três séries do Ensino Médio, apresenta limitações práticas e utiliza exemplos internacionais pouco adequados ao contexto brasileiro. No geral, embora apresente alguns avanços, a análise das recomendações do documento evidencia uma lógica de padronização e gestão por resultados.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a análise das recomendações da OCDE para a reforma do SAEB evidencia um sistema de avaliação orientado por eficiência, padronização e uso intensivo de tecnologias digitais, refletindo a influência do neoliberalismo e a crescente plataformização da educação. Embora algumas propostas apresentem avanços para a educação, como a tentativa de reduzir desigualdades e fornecer dados para apoio pedagógico, permanecem desafios críticos relacionados à autonomia docente, diversidade pedagógica e segurança dos dados educacionais. A atuação de atores privados e internacionais na formulação dessas políticas reforça a necessidade de avaliação crítica sobre os efeitos políticos, sociais e pedagógicos das avaliações em larga escala.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-curriculum**, v. 21, 2023.

LARROSA, Sandra Aparecida Ortiz; GONÇALVES, Suelen Regina Gomes; DA SILVA MOREIRA, Jani Alves. A educação básica e o projeto sociopolítico no Brasil: o “eu” empreendedor e o “eu” real. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 19, p. 105, 2024.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Revista Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, 2012.

LIMA, Paula Valim de. Imaginando o futuro da educação e do trabalho docente:: propostas google para a transformação digital da educação. **Temps D'Educació**, Barcelona, p. 89-100, jul. 2025.

OCDE. **Reforma da avaliação nacional: principais considerações para o Brasil** -perspectivas da OCDE sobre políticas educacionais. Apoio e Tradução: Fundação Lemann. 2021.